

MPE emite parecer favorável ao pagamento do “14º salário” em Maceió

Nos outros municípios, ações foram ajuizadas

O Ministério Público Estadual (MPE) emitiu parecer favorável, em Maceió, sobre o pagamento da Assistência Financeira Complementar (AFC), conhecida popularmente como 14º salário, aos agentes de saúde de Maceió. A assistência é um recurso repassado pelo governo federal a ser pago no final do ano.

Contudo, como os gestores dos municípios não repassam o adicional financeiro aos agentes, o secretário-geral do Sindas, Maurício Sarmiento, explicou que foram ajuizadas algumas ações em Ma-

ceió e outras cidades alagoanas para que o repasse do adicional seja realizado. “A AFC é um recurso federal destinado diretamente aos agentes de saúde, mas os gestores insistem em não repassá-lo. Por esta razão nós ajuizamos algumas ações em Maceió, Porto de Pedras, Campo Alegre, Barra de Santo Antônio, São Miguel dos Milagres, São Luís do Quitunde e União dos Palmares.”, explicou.



Agentes de saúde no Ministério Público Estadual
| Foto: Gazeta Web

Apesar dos esforços, Sarmiento disse que a situação do pagamento está mais adiantada apenas em Maceió. “Em Maceió esta situação está mais avançada, pois nós já temos um parecer favorável em relação à esta situação do 14º salário pelo MPE, que se posicionou favorável ao pagamento.”, finalizou Sarmiento.

Parecer do MPE

O parecer, assinado no dia 26 de abril de 2016 pelo promotor de justiça Marcus Rômulo Maia de Mello, trata-se de uma ação de cobrança ajuizada pelo Sindicato dos Agentes de Saúde de Alagoas (Sindas) contra o município de Maceió, em que o Sindas busca provimento jurisdicional para que sejam pagos valores devidos aos seus representados.

Conforme o parecer do MPE, o pagamento do incentivo consta em portaria do Ministério da Saúde. “O Ministério da Saúde, por meio da portaria de nº 674/GM de 03/06/03, determinou o pagamento de ‘incentivo adicional’ aos agentes comunitários de saúde, com recursos provenientes do orçamento do órgão federal, cabendo ao município tão-somente o repasse para os servidores”, diz trecho do parecer.

Em sua decisão, o MPE sustentou o fato de que o incentivo adicional estimula o agentes a trabalhar com mais zelo. “Trata-se de um incentivo extra pago aos servidores como modo de estimulá-los a exercer seu ofício com mais zelo e dedicação, incorrendo em apropriação indébita o gestor público que não efetua o repasse”.

Ao opinar favorável ao adicional financeiro, o MPE ressalta que o adicional não irá trazer prejuízos ao Município. “Por óbvio, não sendo os recursos oriundos do erário municipal, mas do ente público federal, não se há falar em ofensa ao limite de gastos com pessoal (...) diante do exposto, o Ministério Público opina pela procedência do pedido formulado”.

2016: o ano de maior e melhor atividade jurídica / judicial do Sindas

O ano de 2016 foi de muitas atividades jurídica e judicial para o Sindicato dos Agentes de Saúde de Alagoas (Sindas). Para o advogado Geraldo Galvão, este ano foi de muitas conquistas. “Este certamente foi o ano de maior e melhor atividade jurídica/judicial do Sindas/AL.”, disse.

Conseguimos uma decisão monocrática proferida pelo Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, do TJ/AL, que garantiu o direito dos agentes de endemias de Maceió à greve por melhores condições remuneratórias e de trabalho.”, relembra Galvão.

Galvão destaca é a sentença prolatada contra o Sindacs, que resultou na ratificação da independência do Sindas e encerrou o conflito existente entre os sindicatos pela representatividade dos ACE.

Também neste ano foi proferida a sentença na ação de consignação em pagamento proposta pelo Município de Maceió em face de diversas entidades sindicais, dentre elas o Sindas, relativa às contribuições sindicais vertidas pelos agentes de combate a endemias (um dia de trabalho, descontado em março de cada ano).

Geraldo Galvão acrescenta que estão em tramitação ações que versam sobre incentivo adicional, retroativos de 13º salário e insalubridade, 1/3 de férias, paridade vencimental, revisão da URV, retirada das contribuições sindicais da margem consignável em folha de pagamento etc. Para o ano de 2017, está sendo aguardado o julgamento dos recursos interpostos numa ação de consignação em pagamento, relativa aos anos de 2010 a 2014, dentre outras.

© Sindas deseja a todos um 2017
de muitas lutas e vitórias!
Feliz 2017!



INFORMATIVO

INFORMATIVO ANUAL DO SINDICATO DOS AGENTES DE SAÚDE DE ALAGOAS

Dezembro | 2016



Progressão por Titulação

A conquistam garante ao agente de saúde o recebimento de 34% de ganho no seu salário.

PG.2

Reajuste salarial de 4%

Abaixo da inflação, a categoria pleiteava um reajuste de 10 a 11%.

PG.2

Atividade jurídica/judicial do Sindas

Legalidade de greve, sentença em face do Sindacs e ações sobre o incentivo adicional marcaram o ano de 2016

PG.4



Foto: Sindas | Arquivo

Prefeitura de Maceió assina TAC

Após as inúmeras denúncias do Sindas sobre a precariedade nas condições de trabalho dos agentes, somada à abertura de procedimento no Ministério Público do Trabalho, a prefeitura de Maceió assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que se compromete a fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a melhorar a infraestrutura dos Pontos de Apoio (PA).

PG.3



Foto: Arquivo Sindas

MPE emite parecer favorável ao pagamento do “14º salário”

O Ministério Público Estadual (MPE) emitiu parecer favorável, em Maceió, sobre o pagamento da Assistência Financeira Complementar (AFC), conhecida popularmente como 14º salário, aos agentes de saúde de Maceió. A assistência é um recurso repassado pelo governo federal.

PG. 4

Progressões por titulação

Ganho é de 34% de ganho no salário

Trabalhadores da saúde concursados de 2008/2009 tiveram garantido neste ano de 2016 o pagamento das progressões por titulação. A conquista, que vem sendo buscada há anos, garante ao agente de saúde o recebimento de 34% de ganho no seu salário. Ao todo, 480 dos agentes que têm direito à progressão por titulação foram beneficiados.

Em relação ao recebimento das progressões, o secretário-geral do Sindas, Maurício Sarmiento, explica que foi estabelecido um calendário de pagamento após ser firmado um acordo entre os agentes de saúde e o município.

“Já foram pagos 50 trabalhadores e até o final desse mês de dezembro

serão pagos mais 50. De janeiro em diante serão pagos de 15 em 15 agentes até o final do montante. Essa foi a principal conquista de Maceió”, disse.

Para Sarmiento o direito de receber o pagamento é uma das grandes conquistas da categoria neste ano de 2016.

“Conquistamos, em Maceió, a garantia do pagamento das nossas progressões por titulação. Foi uma conquista que nós ganhamos com muita luta. Foram seis meses de paralisação, com ação de greve na Justiça em que entramos com uma ação de legalidade de greve e ganhamos o direito de fazer o movimento grevista. Foi uma grande conquista.”, comemorou o secretário-geral.

Após assembleia, agentes de saúde decretam greve

Motivados pelas más condições de trabalho e a falta do pagamento de retroativo do piso salarial nacional, os agentes de saúde entraram em greve no dia 28 de março deste ano. O movimento grevista somente chegou ao fim no dia 10 de outubro, após a categoria aceitar a proposta do município de 4,5% de reajuste salarial e iniciar o cronograma de implantação das progressões por titulação.

Após uma ação de legalidade de greve, a categoria conseguiu o apoio da Justiça. À época, o desembargador Fábio José Bit-

tencourt Araújo ressaltou ser inconcebível que os agentes fossem obrigados a trabalhar em condições irregulares. “Não se pode admitir que os



Após 6 meses de greve, agentes de saúde encerram a greve.

Foto: Arquivo Sindas

Reajuste salarial de 4%

Em 2016, o reajuste salarial dos agentes de saúde de Alagoas foi de 4%, dividido em parcelas. Abaixo da inflação, a categoria pleiteava um reajuste de 10 a 11%. Para o secretário geral do Sindas, Maurício Sarmiento, apesar dos esforços dos trabalhadores, houve dificuldade para atingir a meta salarial.

“Eu não posso classificar que houve, em relação à aumento salarial, conquista, já que o reajuste ficou muito abaixo da inflação e nós não conseguimos chegar ao patamar ideal. Em março, a inflação foi de 10 a 11%, que era o que nós pleiteávamos, mas como esse reajuste sofre influência de outras entidades sindicais ficou difícil pra gente ampliar ao ponto de chegar àquilo que nós pleiteávamos.”, explicou Sarmiento.

agentes responsáveis pela execução da saúde pública, capazes de promover trabalhos de conscientização e prevenção direta de epidemias, sejam obrigados a elaborar em situação reconhecidamente irregular”, afirmou o desembargador.

Durante a greve, o Tribunal de Justiça de Alagoas proibiu que houvesse desconto no salários dos agentes. Caso a prefeitura de Maceió desrespeitasse a determinação judicial, o Executivo estaria sujeito a multa de R\$ 5 mil por dia.

TAC é assinado e Maceió se compromete a resolver precariedade nas condições de trabalho

Após as inúmeras denúncias do Sindicato dos Agentes de Saúde de Alagoas (Sindas) sobre a precariedade nas condições de trabalho dos agentes, veiculadas por diversos veículos de comunicação, somada à abertura de procedimento no Ministério Público do Trabalho, a prefeitura de Maceió assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que se compromete a fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a melhorar a infraestrutura dos Pontos de Apoio (PA). O processo está sob a responsabilidade da promotora Eme Carla.

O presidente do Sindas, Maurício Sarmiento, explicou que a assinatura do termo representa uma vitória da categoria, mas ressalta que muito ainda precisa ser feito, já que mesmo com o TAC, o Executivo de Maceió não respeitou o prazo estipulado pelo Procuradoria Geral do Trabalho e não apresentou nenhuma proposta de melhoria.

“O município de Maceió assinou o TAC se comprometendo a resolver a situação das condições de trabalho dos agentes, como o fornecimento dos EPIs e melhorias nos pontos de

apoio, mas ainda não apresentou nenhuma proposta para melhorar esta situação. Então, como a prefeitura não cumpriu o que foi acordado no termo, a promotora Eme Carla nos falou que estaria ajuizando uma ação civil pública para a cobrança do TAC”, disse Sarmiento, ressaltando a parceria com o Ministério Público do Trabalho. “O MPT tem sido um grande parceiro do Sindas, pois foi através dele que conseguimos o TAC e desde então o MPT, na pessoa da procuradora Eme Carla, sempre nos dá um feedback do que está acontecendo”, disse.

“Há uma resistência maciça dos gestores”, diz Sarmiento

Apesar dos esforços diários dos agentes de saúde nos 102 municípios alagoanos, Maurício Sarmiento explica que muitos dos avanços dos agentes de saúde são prejudicados devido à resistência dos gestores.

“Mesmo mediante todas as nossas lutas nos 102 municípios de Alagoas, infelizmente, não houve muitos avanços em nossas conquistas. Isto porque há uma resistência maciça dos gestores em atender as nossas reivindicações. Por exemplo, em Maceió já houve a assinatura do TAC, mas em municípios como Campo Alegre, Barra de Santo Antônio, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, São Luís do Quitunde, União dos Palmares, ainda não”, finalizou.

Título de Entidade de Utilidade Pública

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) a lei que confere ao Sindicato dos Agentes de Saúde de Alagoas (Sindas) o título de Entidade de Utilidade Pública do Estado. A publicação da lei de número 7.842 de 1º de dezembro de 2016 consta na edição do Diário Oficial do dia 2 deste mês.

O título, que foi concedido ao Sindas por indicação do deputado estadual Leo Loureiro, representa o reconhecimento social para a categoria dos agentes. “O título de Entidade de Utilidade Pública representa o reconhecimento dos serviços prestados pelos agentes de saúde à sociedade. O título habilita o Sindas a estar apto a firmar convênio com o Governo do Estado”, comemorou o secretário-geral do sindicato, Maurício Sarmiento.

Sindicato denuncia precariedade nas condições de trabalho

Foram muitas as denúncias realizadas pelo Sindas nos veículos de comunicação de Alagoas. Todas elas destacando a precariedade nas condições de trabalho, como mochilas e botas rasgadas, falta de uniforme, de lanternas e etiquetas, além da falta de infraestrutura nas salas de apoio.

À imprensa, o agente de endemia Gustavo de Mendonça relatou que a falta de ferramentas adequadas para o trabalho pode prejudicar o trabalho dos agentes. “Como não temos lanternas, muitas vezes nós temos que usar a do próprio celular para clarear a água da cisterna e tentar enxergar para coletar a larva. Assim, se nós não temos o equipamento adequado, a larva pode passar despercebida, já que por falta do equipamento, acabamos fazendo a olho nu”, explicou.



Agentes trabalham sem uniforme, equipamentos de segurança e ferramentas de trabalho

Foto: TV Gazeta

**ASSOCIE-SE
AO SINDAS!
(82) 3311-7927**

EXPEDIÇÃO

Este é um informativo do Sindicatos dos Agentes de Saúde de Alagoas
Rua Barão de Penedo, 213
CEP: 57020-340 - Centro, Maceió - Alagoas
Fone: (82) 3311-7927
E-mail: sindas-al@hotmail.com

Jornalista Responsável e projeto gráfico:
Karine Amorim - MTE/SRTE 1739/AL
E-mail: karineagape@gmail.com

Tiragem: 1000 exemplares